



Governo, Belém e parceiros sociais: o consenso existe nos apelos à 'troika'

Governo, parceiros sociais e Presidente da República em frente comum de pressão sobre a troika - mas consenso interno esbarra no externo contra a flexibilização já.

Cristina Oliveira da Silva e Margarida Peixoto
cristina.silva@economjico.pt

À porta da oitava e nona avaliações ao programa de ajustamento português, sobressai um consenso entre o Governo, os parceiros sociais e o Presidente da República: todos pedem um alívio na austeridade de modo a preservar os ténues sinais positivos na economia. O Executivo quer uma meta do défice mais elevada, os parceiros pedem menos juros e mais tempo, Cavaco Silva apela ao "bom senso" à 'troika'.

"Consideramos que o plano de ajustamento tem defeitos estruturais que se revelaram fatais para muitas empresas", afirmou ontem o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP). Vieira Lopes diz que é preciso medidas de alívio fiscal que vão além do IRC (nomeadamente no IRS e IVA) e defende "alargar o prazo de pagamento da dívida, baixar as taxas de juro e flexibilizar os objectivos do défice". Foi esta a mensagem que deixou ontem ao Governo e que será transmitida hoje aos representantes da 'troika'.

Também a CIP - Confederação Empresarial de Portugal - chamará hoje a atenção para o esforço que implica a redução do défice. De acordo com António Saraiva, o Governo já terá começado a negociar com a 'troika' a flexibilização da meta do défice do próximo ano (dos actuais 4% para 4,5%) desde Junho. Um valor que, ainda assim, o presidente da CIP considera "violento".

A CIP também entende que há espaço para mexer nos juros e que Portugal deve capitalizar a sua imagem de bom aluno. Mais: Saraiva acredita que há consenso entre parceiros e Governo relativamente à necessidade de algum alívio e de um programa cauteloso que permita o regresso aos mercados "em condições de preços e de prazos" diferentes. É que prazos curtos obrigam a "um esforço desumano", diz Saraiva.

Embora os representantes patronais queiram ir mais longe do que o Executivo, dão, ainda assim, força à vontade de negociação expressa pelo vice-primeiro-ministro. Paulo Portas já defendeu que 4,5% do PIB é a meta mais apropriada para o défice em 2014. Aliás, o Governo já tinha

tentado negociar este valor na sétima avaliação, mas falhou.

Mais: há até quem considere que o Governo agendou a reunião de ontem, na véspera do encontro entre parceiros sociais e 'troika', para apurar os pontos que preocupam as confederações e, mais tarde, utilizar isso em seu favor. Sabendo quais são os temas em que os parceiros vão insistir junto da 'troika', poderá reforçar a sua posição junto dos credores.

Ontem, também o Presidente da República somou pressão para aliviar a meta do défice. Cavaco Silva disse esperar que as negociações com a 'troika' para flexibilizar o défice "não comprometam" a recuperação da economia e que as instâncias internacionais tenham "em atenção a situação económica e social do país, o que já foi conseguido, os sacrifícios que têm sido pedidos e a forma responsável como os portugueses têm respondido". E frisou: espera que as autoridades internacionais "revelam bom senso".

Do lado dos credores europeus, contudo, parece também haver um consenso - mas oposto ao português. "É importante manter o acordado no âmbito do programa, incluindo as metas do défice", disse o presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, na passada sexta-feira. "Não penso que seja um bom sinal manter a discussão aberta sobre se a meta [do défice] deve ser mais alta ou mais baixa. O mundo exterior deve perceber que Portugal e o Governo português estão empenhados no que tem de ser feito e no que foi acordado, e isso ajudará o país a sair do programa o mais depressa possível", juntou.

A resistência europeia tem mais a ver com motivos políticos - ampliados pela cada vez maior resistência portuguesa aos cortes - do que com o receio dos mercados (ver texto principal). ■ com M.G.



Cavaco Silva espera que a 'troika' "tenha em atenção a situação económica e social do país" e que os seus representantes revelem "bom senso".



"A diferença entre o Governo português e a 'troika' relativamente aos limites do défice para 2014 não é uma diferença de agora", afirmou Paulo Portas.